

# A TORRE DE CENTUM CELAS

(BELMONTE)

JORGE DE ALARCÃO  
JOSÉ LUÍS MADEIRA



TÍTULO

**A TORRE DE CENTUM CELAS (BELMONTE)**

EDITOR

**ArqueoHoje, Lda**

AUTOR

**Jorge de Alarcão**

**José Luís Madeira**

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

**Pedro C. Carvalho**

PROJETO GRÁFICO E PAGINAÇÃO

**Luís Marques Ferreira (LF&DM, Arquitetura e Design Lda)**

EXECUÇÃO GRÁFICA

ISBN 978-989-54407-0-2

DEPÓSITO LEGAL

TIRAGEM: **1000 exemplares**

**2019 ARQUEOHOJE, Lda | MUNICÍPIO DE BELMONTE**



# A TORRE DE CENTUM CELAS

(BELMONTE)

JORGE DE ALARCÃO  
José Luís MADEIRA

ARQUEOHOJE



# A TORRE DE CENTUM CELAS

(BELMONTE)

JORGE DE ALARCÃO  
JOSÉ LUÍS MADEIRA

## FIG. 1

A “torre” de Centum Celas (**FIG. 1**) tem sido apresentada como *mansio* (BELO, 1960: 30; MANTAS, 1990: 226; 2012: 243-244; 2019), pretório de acampamento romano (RODRIGUES, 1962), templo (CORREIA, 1928: 267; CALAIS, 1984), *villa* (ALARCÃO, 1988, 4/31; HAUSCHILD *in* TRILLMICH *et alii*, 1993: 365-366; FRADE, 2002 E 2005; ALARCÃO, 2012 E 2018: 184-187), templo de um fórum (GUERRA e SCHATTNER, 2010; SCHATTNER, 2016: 146-147).

A arquitectura do edifício constitui decisivo argumento a favor da sua função residencial. Exclui liminarmente a hipótese de templo e, por isso, também a interpretação global do sítio como fórum.

Interpretando a “torre” como templo de um fórum, A. Guerra e Th. Schattner pretenderam encontrar solução para um problema que permanece por resolver: onde ficava a capital dos *Lancienses Oppidani* (ou *Ocelenses*)? Nem a torre tem estrutura de templo nem as construções que Helena Frade pôs a descoberto nas suas escavações de 1993 a 1998 (FRADE, 2002) podem entender-se como *tabernae* de um fórum. A localização dos *Lancienses Oppidani* e da sua sede terá de aguardar descobertas epigráficas ou arqueológicas.

Rejeitando, também pelas características arquitectónicas, a interpretação como *mansio*, não excluimos a hipótese de, nas imediações da “torre”, ter existido uma estação viária. Por aqui passava a estrada que, vinda de Mérida (e, mais proximamente, de *Egitania*), depois atravessava a serra da Estrela e alcançava Viseu (FIG. 2).

O percurso entre Caria e a ribeira do Colmeal é duvidoso. Hesitamos entre traçar a via pelo lado oriental da serra da Esperança (na qual fica a vila de Belmonte) ou pela vertente oposta, isto é, entre esta serra e o rio Zêzere. De qualquer forma, na margem direita da ribeira do Colmeal (que desce do Colmeal da Torre para a ribeira de Gaia) recolheram-se dois miliários: um de Flávio Valério Constâncio e de Constantino, Césares (305 d. C.?) e outro anepígrafo. Outros miliários permitem seguir a via por Lameira, Valhelhas, Famalicão, Barrelas e Tapada da Eira (RUIVO e CARVALHO, 1996; CARVALHO, 2007: 135-140). A estrada atravessaria o rio Mondego em Taberna e desceria para Folgosinho.

Uma outra via subiria de Orjais, por Vale Formoso e Galrado, a Valhelhas.

Centum Celas ficaria muito perto da primeira estrada e a existência de *mansio* nas imediações é muito viável. Se havia *mansio*, não seria, porém, a “torre”: seria outro edifício a alguma distância dela.

Informações orais e escritas, pouco precisas, mas inequívocas, deixam supor que nas imediações da “torre” havia outras construções. Infelizmente, é reduzida a possibilidade de realizar escavações nos campos em redor. Arriscaremos, contudo, a eventualidade de, para além da *villa* e da suposta *mansio*, ter existido um aldeamento. O proprietário da *villa* poderia tirar rendimento não só da exploração agropecuária como da gestão da *mansio* e da exploração das aluviões estaníferas do rio Zêzere e da sua afluente, a ribeira de Gaia. Esta exploração está atestada para a época romana (ALLAN, 1965: 19) e o pessoal que nela trabalharia bem podia viver num aldeamento à margem da *villa*.

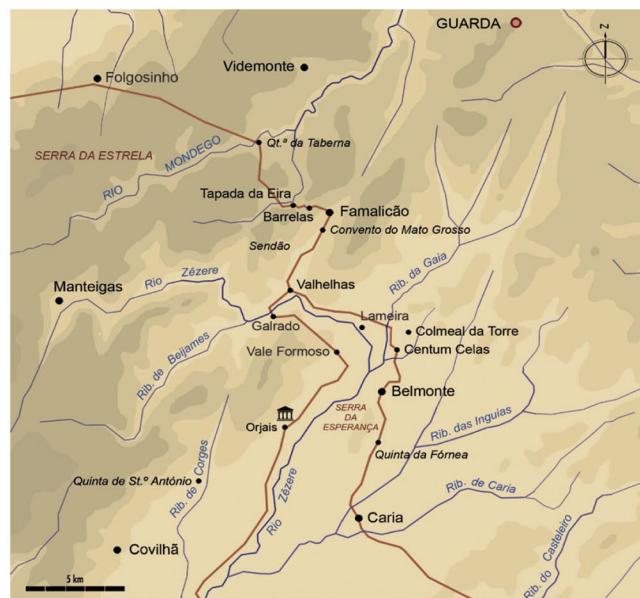


FIG. 2



FIG. 3A



FIG. 3B

O nosso objectivo é apresentar aqui uma proposta de reconstituição do corpo principal da *villa*, revendo um desenho anteriormente publicado (ALARCÃO, 2018, FIG. 51) e a reconstituição que foi sugerida por Schattner (GUERRA e SCHATTNER, 2010; SCHATTNER, 2016: 146). A nossa proposta não será definitiva. Um levantamento mais rigoroso ou pormenorizado do que o disponível (realizado pelo Centro de Estudos e Protecção do Património do Departamento de Engenharia Civil da Universidade da Beira Interior e apresentado por Helena Frade no seu trabalho de 2002) poderá obrigar a revisões. Naturalmente, até com base no levantamento existente se apresentarão alternativas. Como se verá, nós mesmos hesitamos nalgumas soluções propostas e não escamotearemos as dúvidas, que resultam da grande destruição de parte do edifício, da sua singularidade arquitectónica (que não permite guiarmo-nos por paralelos doutras regiões do mundo romano) e da remodelação que sofreu na Idade Média, quando foi reutilizado.

O único edifício que conhecemos com alguma similitude encontra-se em Alinda (Turquia) (FIG. 3B) (ALARCÃO, 2018: 186). Aqui, porém, parece tratar-se de uma torre da muralha da cidade — ainda que o elevado número de aberturas seja estranho numa torre de muralha.

Sem aduzir exemplos de construções semelhantes, Th. Hauschild (in TRILLMICH *et alii*, 1993: 366) aventou a hipótese de o modelo poder ter vindo da África do Norte ou da Síria.

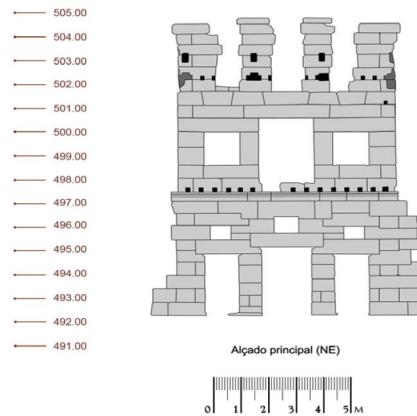


FIG. 4A



FIG. 4B

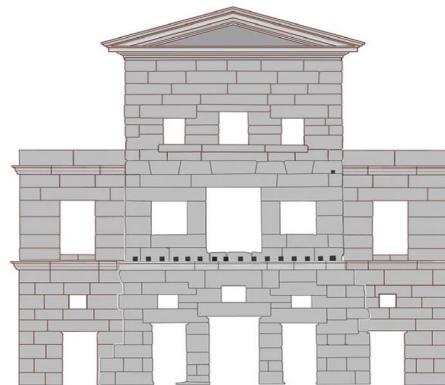


FIG. 4C

O edifício de Centum Celas (ou a sua parte principal) encontrava-se abandonado e arruinado nos finais do séc. XIII. Na *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. II, doc. 37 (documento datado de 1291), chama-se-lhe *paredeeyro* e *paredeyro que foy torre*. O rei era coproprietário da torre e aforou o seu quinhão a um tal Rodrigo Afonso. Na época, o termo “pardieiro” não significava “casebre”, mas aplicava-se a prédio abandonado, desabitado, em algum estado de ruína. Conhecem-se muitos contratos medievais de aforamento de “pardieiros” que eram casas de habitação pelo menos medianas. Os contratos previam a reabilitação pelos enfiteutas. Um *paredeeyro* podia ser prédio de considerável dimensão, de paredes ainda sólidas.

A ideia de uma reutilização medieval é de primeira importância para explicarmos a estranha construção da parte mais alta da “torre”, com alvenaria insonsa e com numerosos alvados para inserção de vigamentos de madeira. Dificilmente entenderemos a “torre” sem distinguirmos os alvados próprios dos silhares romanos que se encontram na

FIG. 5A

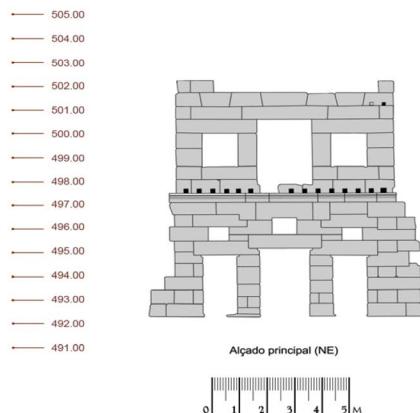


FIG. 5B

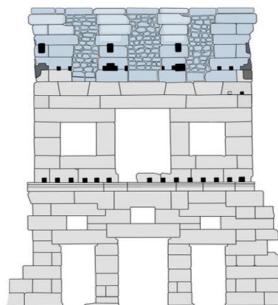


FIG. 5C

posição original daqueles outros que serão da reconstrução medieval; e, a complicar o ensaio de reconstituição do edifício, temos ainda os silhares originais, romanos, também com alvados, que podem ter sido mais ou menos deslocados da sua posição primitiva. O abatimento do telhado e do vigamento que o sustentava, assim como os efeitos do vento no edifício abandonado, podem ter deslocado ligeiramente os silhares de topo. A deslocação pode ter tido lugar, também, aquando da reutilização medieval.

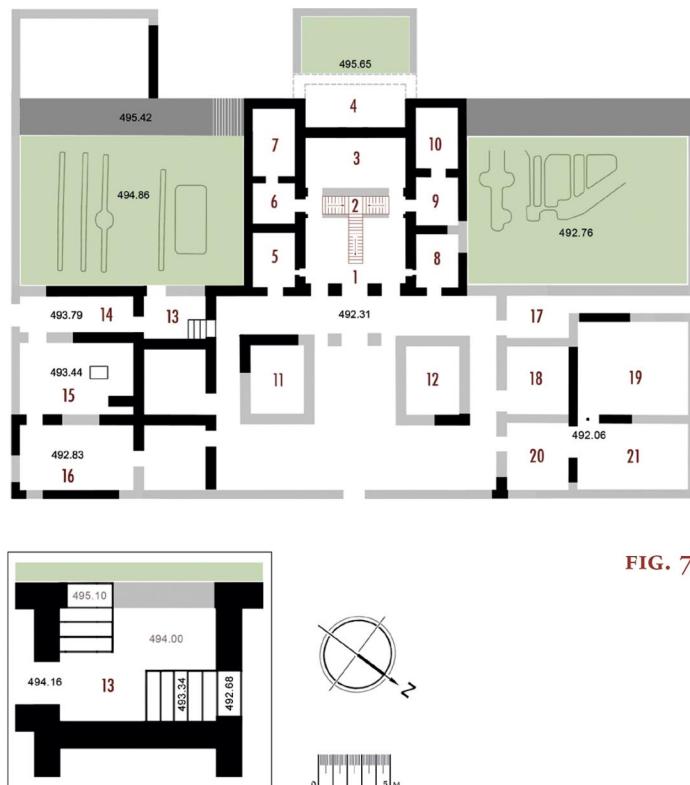
Nas **FIGS. 4 e 5** apresentamos a fachada principal da “torre”. Em 4A, o estado actual; em 4B e C, o aspecto que a fachada teria na época romana (com duas propostas alternativas que comentaremos mais adiante). Em 5A, o que poderia ser o estado da torre antes da reconstrução medieval; em 5B, a azul, a obra medieval; em 5C, um hipotético hurdício instalado na Idade Média. Talvez, quando a “torre” foi reutilizada em tempos medievais, se encontrassem ainda em posição, na parte superior, outros silhares além dos desenhados. A alvenaria medieval das

fachadas oriental e ocidental (na **FIG. II** representa-se a fachada oriental) corresponde mais ou menos, mas não exactamente, às janelas do edifício romano.

Na **FIG. 6** reproduzimos um hurdício de Piatnychanska (Croácia) que nos inspirou no desenho da **FIG. 5**. Em Viollet Le Duc, vols. *Architecture militaire, donjon, bourd e tour*, encontramos outros exemplos.

As **FIGS. 4 e 5** permitem entender rapidamente o que pensamos quanto ao aspecto do edifício romano e quanto à reutilização medieval. Constituem introdução à circunstanciada análise a que de seguida procederemos.

**FIG. 6**



**FIG. 7**

Na **FIG. 7** apresentamos a planta da primeira fase da *villa*. Servimo-nos da que Helena Frade desenhou, mas introduzimos algumas alterações nos muros que, sem vestígios suficientemente claros, a autora reconstituiu como hipotéticos, embora altamente prováveis. A noroeste, desenhamos hipoteticamente o que a escavação não alcançou por se achar em propriedade particular. As cotas da planta, que reproduzimos do es-

tudo apresentado por Helena Frade em 2002, estão reportadas à rede geodésica nacional. Deve ter-se em atenção que, salvo no compartimento 16, com um chão de *opus signinum*, não se identificaram pavimentos. As cotas foram registadas na rocha de base e, por isso, devemos considerar que os pavimentos se encontravam a uma cota superior. Justificaremos devidamente as cotas que iremos sugerir para alguns pavimentos.

A *villa*, que datará do período cláudio-neroniano, foi posteriormente acrescentada, para nordeste, em duas sucessivas fases: nos finais do séc. I e entre meados do séc. III e inícios do IV. Dando por boas a cronologia e as plantas que Helena Frade apresentou para estas fases,

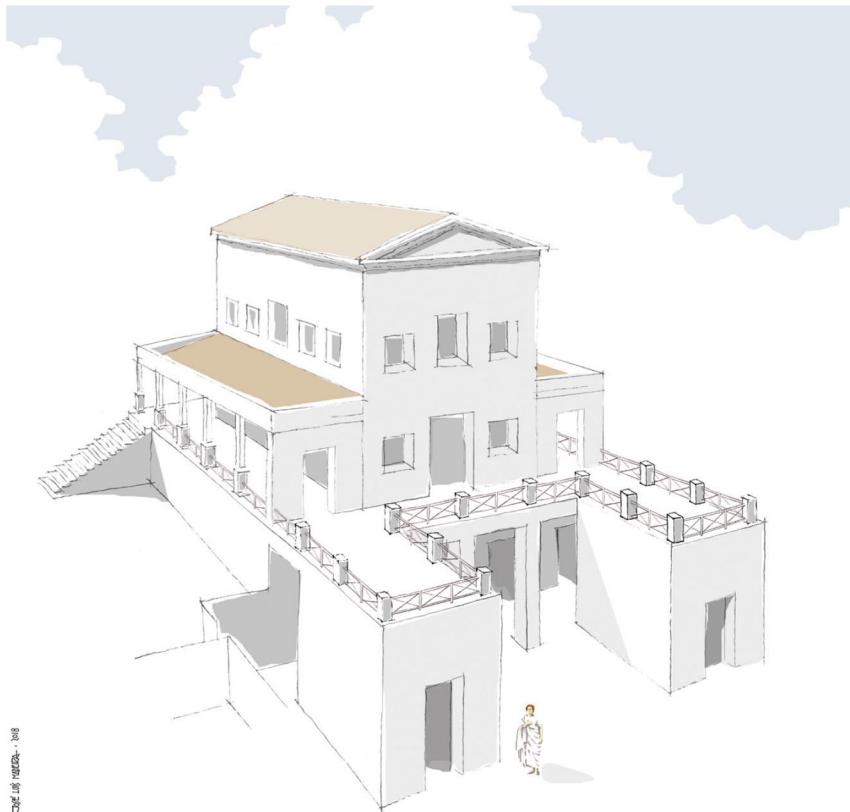


FIG. 8

não teremos aqui em consideração o alargamento da *villa* por ser irrelevante para a reconstituição do corpo principal. A planta que apresentamos corresponderá, pois, à construção original, cláudio-neroniana.

A FIG. 8 mostra, num esboço rápido, o corpo principal da *villa*, tal como o imaginamos, visto em perspectiva, do ângulo oriental.

A “torre” era uma construção de planta rectangular, que aparenta

ter três andares (mas, como já veremos, a aparência exterior ilude). Era rematada por um frontão. Conservou-se deste um fragmento que ainda subsiste nas ruínas.

O edifício tinha, do lado oriental, uma varanda. A hipótese de esta ser coberta por um terraço e não por um telhado faria sentido se o edifício tivesse rés-do-chão e dois andares, como externamente aparenta. Neste caso, as janelas do suposto terceiro piso abririam sobre o terraço, no qual deveríamos imaginar um parapeito. Porque o hipotético terceiro piso não existia, a solução de um telhado cobrindo a varanda parece-nos mais razoável.

Temos muita dificuldade em optar por um telhado cuja armação seria visível (**FIG. 4B**) ou por um telhado encoberto por uma platibanda (**FIGS. 4C e 8**). A hipótese de platibanda é solidária da ideia de uma parede alinhada pela fachada principal, e na qual se abriria uma passagem para a varanda. A solução tem contra ela um sério argumento: a suposta parede devia estar travada na da fachada; ora não se observam vestígios de tal travação (**FIG. IIA**).

Na hipótese que representamos na **FIG. 4B** — com a armação do telhado bem aparente — deveríamos ter, exactamente na esquina da fachada principal, um alvado para inserção da viga que iria assentar, no lado oposto, sobre um dos pilares da varanda. Ora tal alvado não existe nessa posição (**FIG. I2A**).

Confessamos a nossa incapacidade para resolver satisfatoriamente o problema. Assinalamo-lo para que alguém, com mais imaginação, possa eventualmente propor outra solução.

É discutível se o telhado da varanda apoiava o beirado em colunas ou em pilares. O achado de dois tambores de coluna e de um capitel toscano (em 11 da **FIG. 7**) não nos parece suficiente para sustentarmos a ideia de colunas na varanda. Preferimos a hipótese de pilares, assentes sobre plintos.

Um gradeamento de madeira parece-nos solução razoável, mas não excluiremos a de um parapeito também construído com silhares.

A varanda seria replicada do lado oposto.

Na fachada principal haveria um terraço descoberto. Se, em proposta de reconstituição anteriormente elaborada (ALARCÃO, 2018, **FIG. 51**), imaginámos que a varanda coberta contornava o edifício também pela frente, a ausência de alvados para inserção do vigamento de um telhado leva-nos agora a abandonar essa ideia.

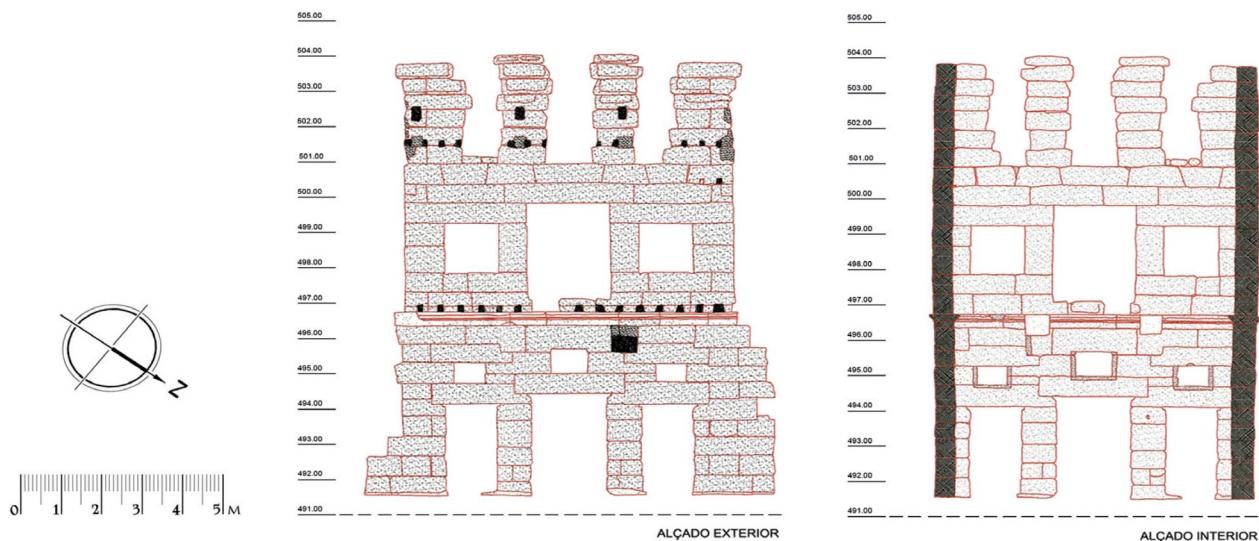


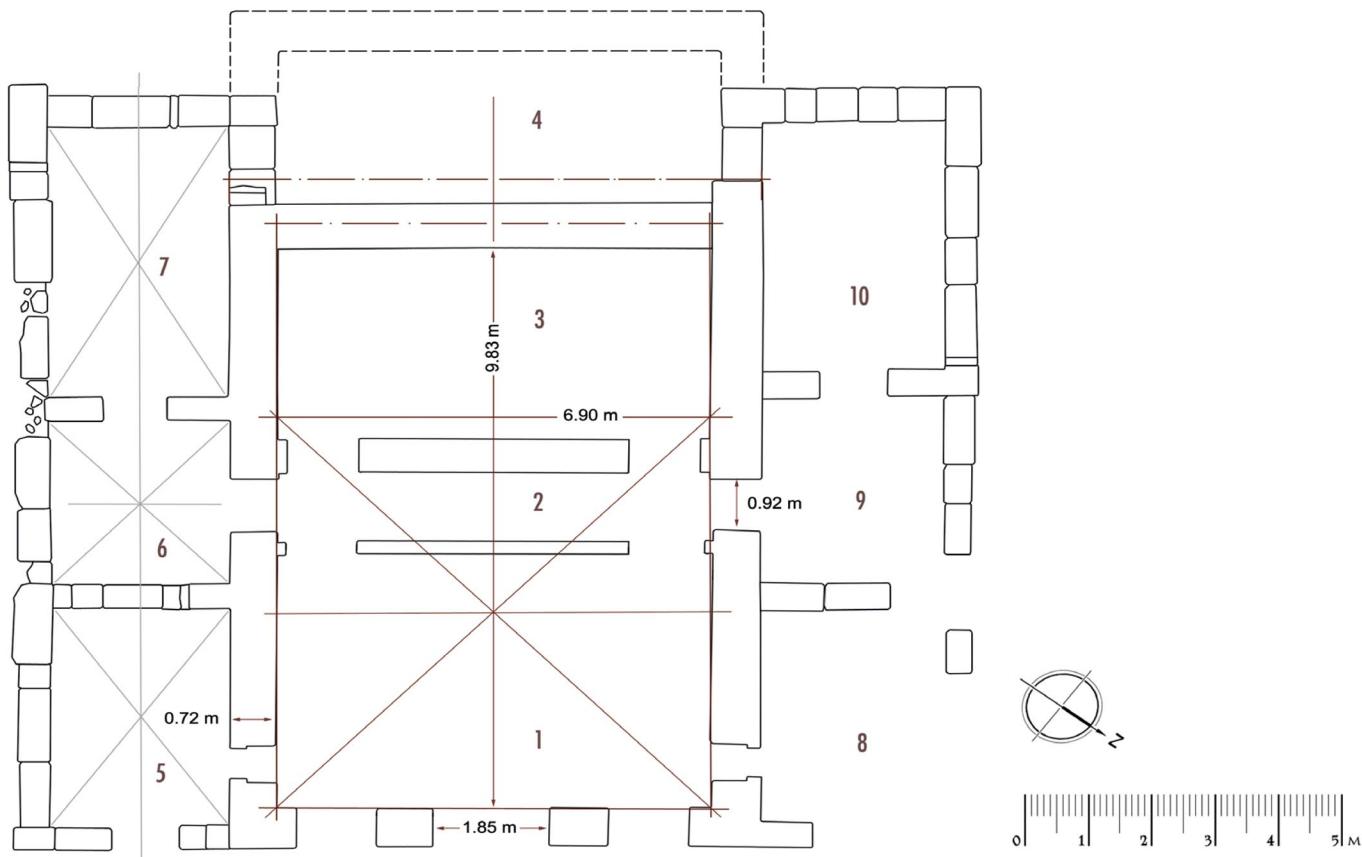
FIG. 9

Nas **FIGS. 1 e 9** (esta última reproduzida de **FRADE, 2002**) observam-se os alvados da fachada principal. É óbvio que estes se encontram, muito regulares, ao nível do pavimento das varandas laterais, mas não se vêem no plano que seria o da inserção do madeiramento de um telhado. Um silhar com um alvado no canto direito não nos parece significativo, tanto mais que não tem réplica do lado oposto. A mesma pedra tem, gravado, um quadrado de dimensões idênticas às do alvado. Possivelmente foi aqui utilizado um silhar que, em baixo, no estaleiro da obra, já teria recebido o risco para um segundo alvado. Tendo-se verificado que não era necessário, terá sido aproveitado no cunhal. Os silhares com alvados da parte superior da fachada terão sido deslocados aquando da reutilização medieval do edifício e servido para a inserção do vigamento do hurdício. Sobrepostos uns aos outros, esses silhares terão constituído o apoio da alvenaria medieval que nesta fachada desapareceu, mas se observa dos lados oriental e ocidental da “torre”.

O terraço frontal prolongava-se sobre dois corpos quadrados avançados que flanqueavam a entrada (**FIGS. 7 e 8**). Porque deles só se conservam alicerces, não podemos saber onde se encontrariam as portas (e as janelas ou frestas).

Entre os corpos avançados havia dois pilares ou colunas. Foi em 11 (da planta da **FIG. 7**) que se encontraram os dois tambores de coluna e o capitel toscano referidos. Pelo módulo, a coluna só ligeiramente ultrapassaria os 2 m. Ora o piso do terraço achar-se-ia cerca de 5,30 m

FIG. 10



acima do piso do rés-do-chão, como adiante diremos. Para admitirmos que colunas desta dimensão se situavam na entrada da *villa*, teríamos de as supor sobre plintos altos ou imaginar um entablamento também alto (ou as duas soluções conjugadas).

Se recorrermos às plantas das **FIGS. 7 e 10**, vemos que no rés-do-chão do edifício havia duas salas, 1 e 3, separadas por um espaço estreito e comprido, 2. É manifestamente mais larga e sólida a parede sul deste espaço que a sua parede norte, mas isso não nos obriga a supor que, no piso superior, havia uma parede divisória sobre a parede mais sólida do rés-do-chão. Do lado interno do edifício não se observa qualquer arranque dessa hipotética parede do andar superior.

As divisões 1, 2 e 3 inscrevem-se num rectângulo cujas dimensões nos põem problemas porque não encontramos equivalência a múltiplos do pé romano.

O pé romano, dito *pes monetalis* porque a medida-padrão se guardava no templo de *Juno Moneta*, em Roma, tinha 0,295 m (GRENIER, 1958: 35-40; LAZZARINI, 1965; WALTHER, 1978; DUNCAN-JONES, 1980). Uma outra medida, o *pes Drusianus*, tinha 0,332 m.

Não é possível reduzir as dimensões de Centum Celas nem a um nem a outro pé.

Internamente, o edifício mede 6,90 x 9,83 m; a largura das paredes é de 0,72 m (FIG. 10).

A largura de 6,90m corresponde a 23,38 *pedes monetales*. Possivelmente, o arquitecto decidiu dar ao edifício 24 pés de largura interna. É a medida que mais se aproxima de 23,38 pés e que mais se harmoniza com um sistema duodecimal (como era o romano).

Como justificar que 24 pés — que deviam corresponder a 7,08 m — se traduzam em 6,90 m?

Deve observar-se, em primeiro lugar, que são frequentes os casos de edifícios romanos cujas medidas não correspondem exactamente a múltiplos do pé. As réguas nem sempre estariam devidamente calibradas. Por outro lado, na prática e no terreno, as medidas seriam tomadas com cordéis. Aos ligeiros erros de uma régua mal calibrada somar-se-iam os da transposição da régua para o cordel. Finalmente, poderia haver erros de medição no terreno, ou porque este não era perfeitamente horizontal, ou porque o cordel não estava bem esticado. A. Grenier encontrou diferenças de 0,006 a 0,009 m. Se admitirmos um erro de 0,006 m (e, conseqüentemente, um pé de 0,289 m), 24 pés seriam 6,936 m — o que não fica muito distante daqueles 6,90 m que medimos (talvez também com ligeiro erro).

Se o arquitecto resolveu dar ao edifício uma largura interna de 24 pés, terá pensado num comprimento de 36 pés para obedecer a uma proporção muito comum na época romana? Era frequente atribuir-se, à largura,  $2/3$  do comprimento.

Na FIG. 10 representamos com linha vermelha a traço e ponto o alinhamento que deveria ter a parede traseira da sala 3 se o arquitecto tivesse obedecido àquela proporção. O alinhamento real não corresponde ao que esperaríamos.

Apesar de tudo pensamos que o arquitecto terá concebido o edifício com a medida interna de 36 x 24 pés e que só por erro de calibração do pé ou por erros de medição no terreno se pode explicar que os 10,62 x 7,08 m teóricos se tenham convertido em 9,83 x 6,90 m.

Não nos parece que o espaço 2 corresponda a um corredor de comunicação da sala 6 com a sala 9. É neste espaço que meteremos a escada de acesso ao piso superior. Adiaremos a nossa proposta de armação desta escada, mas desde já diremos que as salas 1 e 3 teriam portas laterais que permitiriam a sua intercomunicação. No extremo ocidental da parede norte da sala 3 conserva-se uma soleira. É mais do que provável que no extremo oposto da mesma parede houvesse idêntica soleira.

Sob a varanda oriental ficavam os compartimentos 5, 6, e 7, que tinham correspondência nas divisões 8, 9 e 10 do lado oposto. Os compartimentos 5 e 8 tinham ambos uma porta a norte, para o exterior, e outra para a sala 1.

As portas para 1, com apenas 0,60 m de largura, são extremamente exíguas. A verdade é que, em edifícios de várias épocas, encontramos portas com idênticas dimensões. Mais frequentes são as que têm cerca de 1,20 m de largura, mas com duas folhas móveis, uma das quais está normalmente fechada e só em certas circunstâncias se abre. Uma largura de 0,60 m permite a passagem de um indivíduo se não for excessivamente corpulento.

Os compartimentos 5 a 10, sob as varandas laterais do edifício, seriam iluminados e arejados por frestas que abririam acima do piso de jardins que se identificam por rasgos abertos na rocha (a verde na FIG. 7). Helena Frade encontrou ainda, *in situ*, vestígios de *dolia* que serviriam para a plantação de arbustos, árvores de pequeno porte ou trepadeiras que formariam pérgulas.

Aos jardins subia-se por escadas de pedra de que subsistem alguns degraus em 13 da FIG. 7. É necessário supor mais alguns para alcançar a cota do jardim. Deveria haver dois lanços que hipoteticamente desenhemos em pormenor na mesma Figura. Neste pormenor, as cotas a negro são as observadas por Helena Frade; as que apresentamos a sépia são hipotéticas.

Ao fundo (isto é, do lado sul) do jardim oriental, um embasamento ou sapata de pedras lançadas a trouxe-mouxe, bastante largo, parece-nos ter constituído o enrocamento de um passeio (lajeado?) eventualmente a uma cota ligeiramente superior à do jardim. A cota máxima da rocha, no jardim, é de 494,86 m. A do enrocamento, de 495,42 m. Devemos supor, no jardim, alguns decímetros de terra sobre a rocha. Mesmo assim, o passeio ficaria possivelmente um pouco acima da cota do jardim.

Do suposto passeio arrancaria uma escada que subiria à varanda (FIG. 8). As dúvidas sobre a exacta cota do jardim e do passeio deixam-nos na incerteza quanto ao número de degraus necessários — talvez 11.

Do passeio arranca também, para sul, perpendicularmente, um muro que deixa supor um espaço coberto (FIG. 7). A abertura de um caminho destruiu o que nos permitiria configurar esse espaço e atribuir-lhe uma função. Seria um mero espaço de lazer, coberto, com frontaria aberta para o jardim? Um triclínio de verão?

**A arquitectura do edifício constitui decisivo argumento a favor da sua função residencial. Exclui liminarmente a hipótese de templo e, por isso, também a interpretação global do sítio como forum.**

mesmas e, para além disso, o perfil da rocha era diferente, pois descaía para este lado. Em 17 haveria um acesso ao jardim e uma saída para o exterior. Dado que este jardim se encontrava a cota inferior à do oriental, não haveria necessidade de escadas como em 13.

A área 14 da FIG. 7, que não seria coberta, constituiria um acesso lateral à *villa*. É inequívoca a função de 15 como cozinha. O acesso através de 14 revela-se, assim, muito conveniente para o abastecimento de víveres e de lenha à cozinha. Pela mesma passagem saíam os lixos para o exterior.

O jardim oriental teria correspondência no lado oposto, onde também se observam rasgos na rocha. É aqui menos óbvia (mas, apesar de tudo, possível) a existência de um passeio similar ao do jardim oriental — e, consequentemente, podemos imaginar também uma escadaria de acesso à varanda. Pela cota da rocha, este jardim estaria a nível inferior ao do jardim oriental.

O arranjo das divisões do lado ocidental da *villa* não corresponde exactamente ao do lado oriental. As funções não seriam as

FIG. IIA

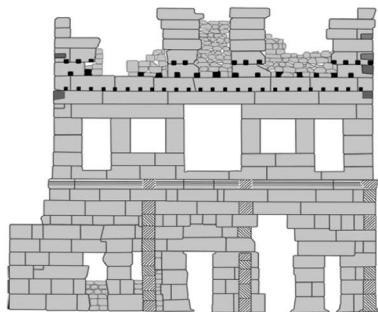


FIG. IIB

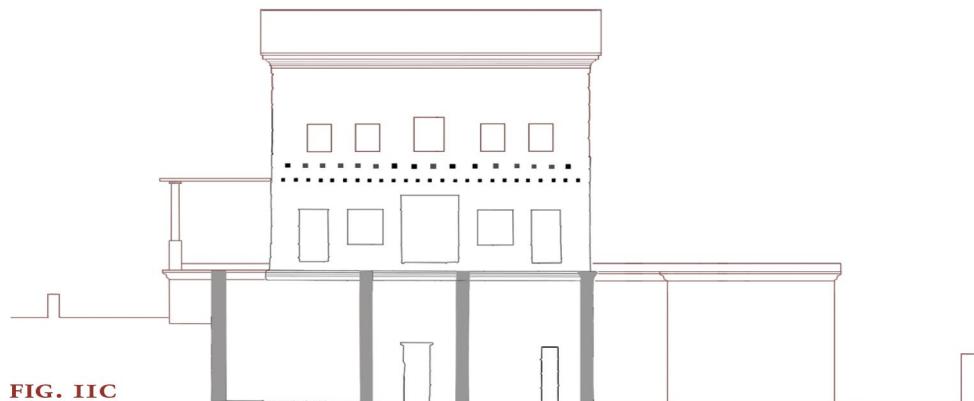
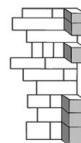


FIG. IIC

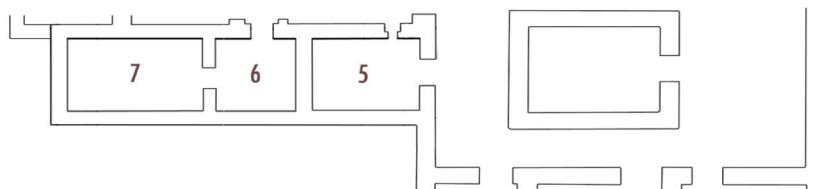


FIG. IID

Na **FIG. IIA** reproduzimos o desenho da fachada oriental da “torre” tal como Helena Frade o apresentou no seu estudo de 2002. Na **FIG. IIC** reconstituímos o que seria essa fachada na época romana e assinalamos as paredes que, perpendicularmente, constituíam os muros divisórios dos compartimentos 5, 6 e 7. O desenho de pormenor **IIB** ilustra o que seria a articulação das paredes: alguns silhares postos a tição e salientes constituíam um denteado que assegurava melhor travação das paredes. Não haveria necessidade de construir uma parede inteiramente (isto é,



FIG. 12A



FIG. 12B

de alto a baixo) travada na outra. Alguns silhares (que em linguagem técnica de construção se chamam “esperas”) seriam suficientes. Noutras partes do edifício nota-se, aliás, o mesmo tipo de travação. O pormenor planimétrico de **IID**, correspondente aos compartimentos 5, 6 e 7, permite entender melhor donde arrancavam as paredes.

Nas Figs. **12A** e **B** apresentamos fotografias da fachada oriental.

Uma cornija marca o nível do primeiro andar. Sobre ela assentaria o vigamento de madeira que era, ao mesmo tempo, tecto das salas 5, 6 e 7 e piso da varanda.

Ao nível do primeiro andar temos uma porta central, mais larga, duas outras mais estreitas e duas janelas. Abriam para a varanda. A soleira das portas, a cerca de 0,40 m acima da cornija, permite-nos calcular a espessura do pavimento da varanda, embora possamos admitir um degrau descendo do interior à varanda. Talvez este pavimento tenha sido construído mais ou menos de acordo com as recomendações de Vitrúvio, 7, 1 e de Paládio, 1, 9, 3: sobre barrotes, aplicavam-se tábuas (que Paládio recomendava fossem de castanho, em duas camadas sobrepostas, as de baixo num sentido, as de cima no sentido perpendicular), depois uma camada de fetos ou palha, sobre esta uma outra de pedra miúda com  $\frac{3}{4}$  do pé (c. 0,21 m), por cima uma da cal e areia com pelo menos 6 dedos de espessura (c. 0,11 m) e, finalmente, o pavimento.

Acima das portas e janelas da varanda, uma correnteza de alvados, muito regularmente espaçados, servia para inserção do vigamento que constituía o tecto dessa varanda.

Se nos parece inequívoco que os silhares com os numerosos alvados muito regulares se encontram na posição original, daí para cima é duvidosa a distinção entre a obra romana e a reconstrução medieval. O confronto das figuras **IIA** e **C** torna clara a nossa ideia: na época romana havia duas fiadas de alvados, os de baixo mais pequenos, maiores os de cima. Na Idade Média, não foram mexidos os silhares com os alvados menores, mas pelos menos alguns dos de cima foram deslocados e empilhados formando como que pilares para sustentação da alvenaria. Ao mesmo tempo, abriram-se outras furações para inserção do madeiramento do hurdício.

Como anteriormente dissemos, é duvidoso se, do lado norte da varanda, e no alinhamento da fachada, haveria uma parede na qual se abriria uma passagem (**FIG. 8**). Não deixa de nos causar surpresa que os silhares dessa parede não se engatassem nos da fachada por meio de esperas, como no rés-do-chão. Terá o arquitecto julgado desnecessário esse engate porque a parede da varanda não suportava a mesma carga que a do rés-do-chão? Por outro lado, se a solução fosse a que representamos na **FIG. 4B**, deveríamos ter um alvado mesmo na esquina da parede — e não é isto o que se observa (**FIGS. II** e **I2**).

Nos alvados inferiores desta fachada alojar-se-iam vigas que viariam repousar num frechal assente sobre os pilares da varanda; nos superiores inseriam-se os caibros do telhado (**FIG. 13**, que representa um corte a meio da varanda).

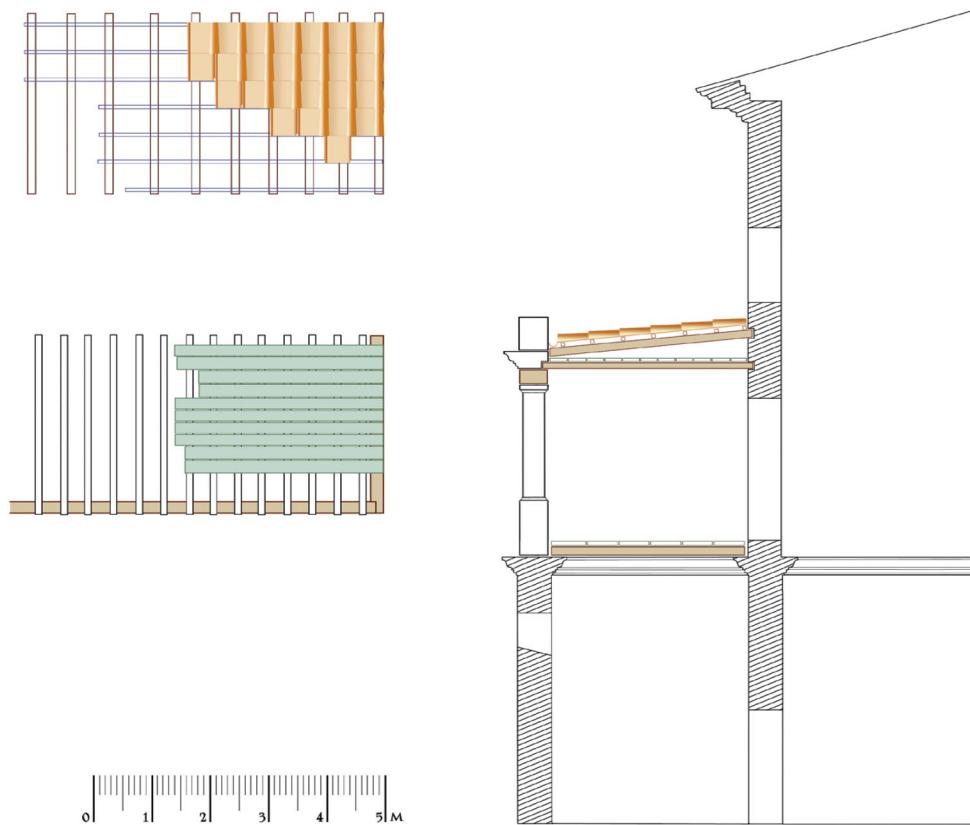
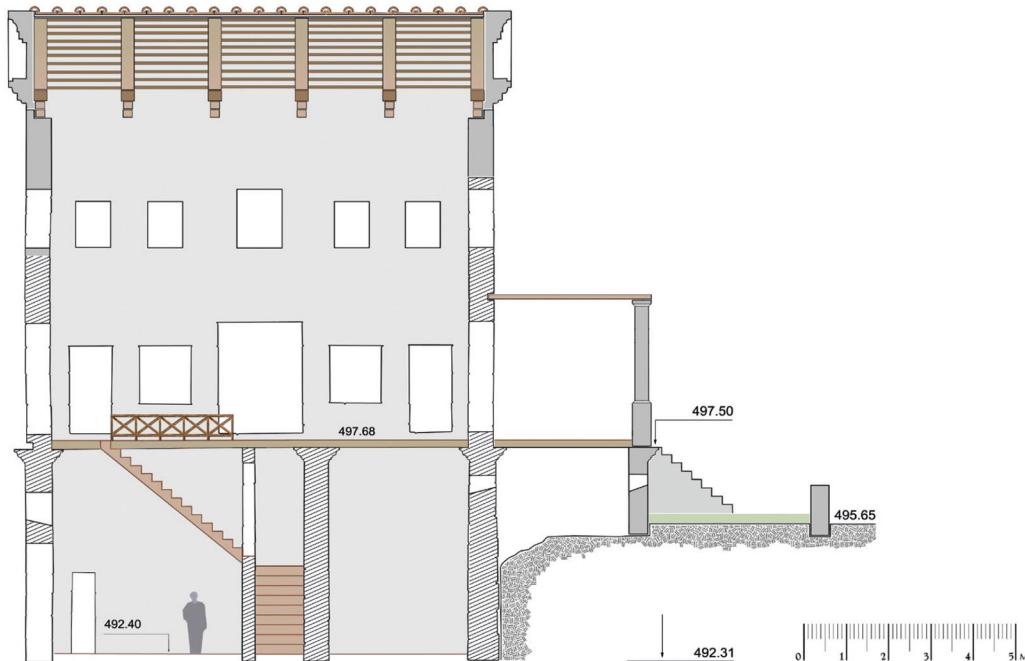


FIG. 13

Se confrontarmos a fachada oriental com a fachada norte (isto é, com a principal) (FIGS. 1, 4 e 9), veremos que nesta se observam alvados no plano dos do pavimento da varanda, mas não no plano dos do telhado. Esta é a razão que nos leva a supor que, na fachada, não havia varanda coberta, mas um terraço.

Na fachada traseira (FIG. 20) observam-se janelas num plano superior ao que atribuímos ao telhado das varandas laterais. Nas fachadas oriental e ocidental, a alvenaria da Idade Média corresponde sensivelmente ao que seriam, no mesmo plano, as janelas do edifício romano. Isto poderia levar-nos a supor que a “torre” tinha três andares. Observado o edifício pelo interior, é óbvia a existência de uma cornija sobre a qual assentava o vigamento do soalho da sala ao nível da varanda, mas não se vêem nem cornija nem alvados sobre que pudesse assentar o

FIG. 14



vigamento do soalho de um terceiro piso. Também, como já dissemos, não se vêem vestígios de paredes que pudessem dividir um hipotético terceiro andar. Somos forçados a concluir que, internamente, não havia rés-do-chão e dois andares, mas apenas rés-do-chão e um piso superior.

Temos, pois, uma sala com um pé-direito muito alto (cerca de 8,37 m). Como é que o calculámos?

A sala teria 9,83 x 6,90 m.

Vitrúvio, 6,5 escreveu que o *tablinum* devia ter, de comprimento, o dobro da largura, e que, somados o comprimento e a largura, e dividida a soma por 2, se obtinha a altura da sala.

Esta recomendação não se aplica a *Centum Celas*, visto que o comprimento não é o dobro da largura.

Mais genérico, Paládio, 1, 12 escreveu: *Mensura vero haecquoque servanda est, in tricliniis atque cubicula, ut, quanta latitudo vel longitudo fuerit, in unum computetur et eius medietas in altitudo conferatur*. Segundo este autor, os triclinios e os cubículos deviam ter, pois, metade da soma dos respectivos comprimento e largura.

Somando 9,83 e 6,90 m e dividindo por 2 obtemos 8,365 m. Esta medida não é negada pela altura das paredes conservadas do edifício.

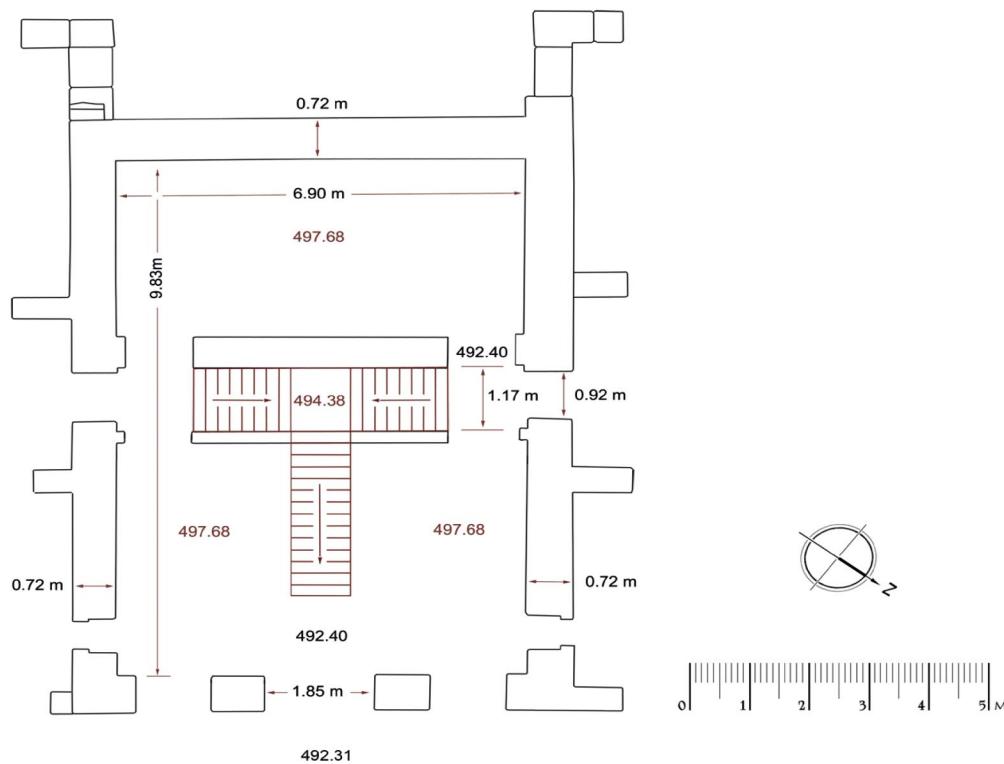


FIG. 15

Nas traseiras, a parede atinge 7,00 m. Na **FIG. 14** representamos a hipotética dimensão da sala e, não menos hipotética, a escada de madeira que permitia o acesso ao piso superior.

Não é segura a cota a que se encontraria o pavimento do rés-do-chão. Na planta de Helena Frade regista-se a cota de 492,31 m. Esta é, porém, a da rocha, que terá sido aplanada para a construção do edifício.

Na soleira que se conserva da porta de comunicação das salas 2 e 3 medimos 492,40 m (**FIG. 15**). Uma diferença de 0,09 m permite supor um pavimento de tijoleiras ou de lajes. Devemos observar, porém, que na soleira não se encontra uma pedra bem alisada: a superfície é algo irregular. Podemos perguntar-nos se a irregularidade deriva de muito uso ou de meteorização depois do abandono do edifício. Ou acaso o que temos é apenas a pedra de assentamento de uma soleira que seria de pedra alisada, de tijoleiras ou de madeira?

As nossas dúvidas reforçam-se quando pensamos na frequência com que, nas casas romanas (e nas de outras épocas, pelo menos até ao séc. XVIII), vemos uma soleira de porta um pouco acima da cota dos pavimentos das salas de um lado e do outro dessa mesma porta.

São comuns também os casos em que uma soleira se encontra à cota do pavimento de uma sala, mas ligeiramente acima do pavimento da sala contígua — havendo, neste caso, um pequeno degrau na passagem de uma sala a outra.

Com todas estas dúvidas e reservas, vamos admitir que o pavimento do rés-do-chão se encontrava à cota de 492,40 m.

O acesso do rés-do-chão ao andar superior teria de fazer-se por escada de madeira.

Difícilmente admitiremos a proposta de Helena Frade: que esse acesso se faria a partir do jardim, por escada que subiria à varanda. A existência desse acesso é mais do que provável — e por isso o representamos na planta da **FIG. 7** e no desenho em perspectiva da **FIG. 8**. Parece-nos, porém, que deveria haver acesso também pelo interior do edifício.

Tanto quanto podemos calcular pelas cornijas e alvados que se observam no interior do edifício, o sobrado do piso superior achar-se-ia à cota de 497,68. A diferença de 5,28 m corresponde com mínima diferença a 18 pés romanos de 0,295 m. Admitindo degraus de 0,24 m de piso e 0,22 m de altura (medidas que se encontram, por exemplo, em Pompeia), teríamos uma escada de 24 degraus.

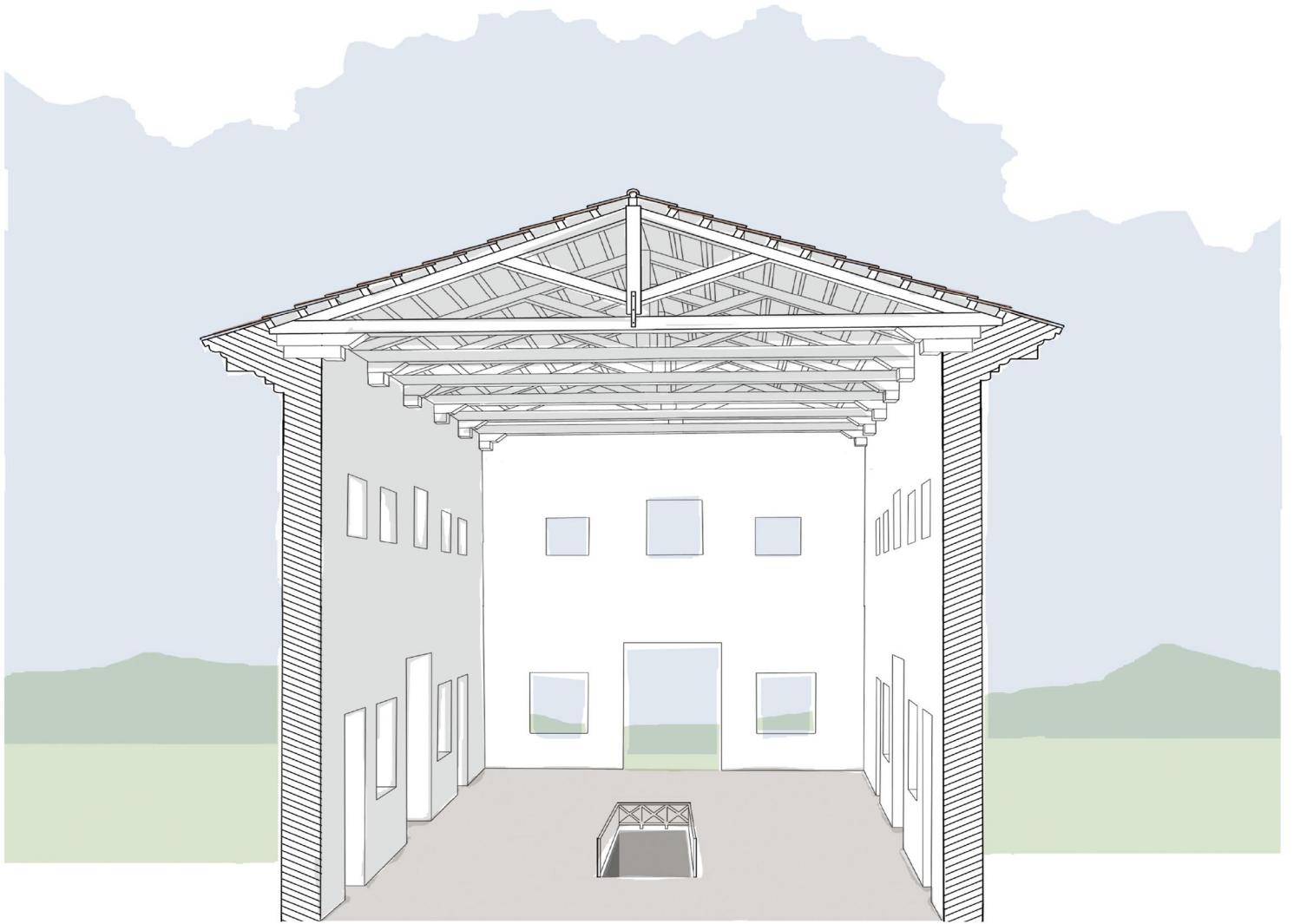
Não é possível armar, no interior do edifício, uma escada de 24 degraus num único lanço. Propomos dois, um de 9 degraus, outro de 15 (observando a regra de número ímpar de degraus por lanço, para que, pondo o pé direito no primeiro degrau, se pusesse o mesmo pé no último).

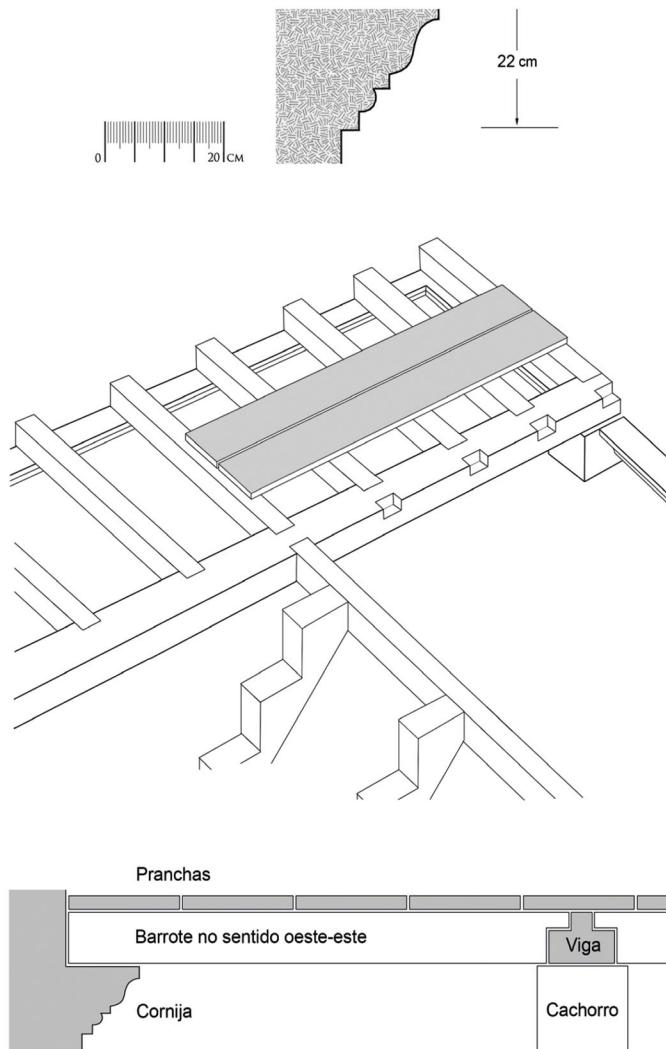
A **FIG. 15** representa a nossa proposta. No espaço entre as duas paredes do rés-do-chão (espaço 2 da planta da **FIG. 7**) ficariam dois lanços de 9 degraus cada, convergindo para um patamar de volta. Para o utilizador, contam como um só. Chegado ao patamar, quem subia tomava o lanço perpendicular de 15 degraus.

Se representamos na **FIG. 15** a planimetria da escada, apresentamos esta em corte na **FIG. 14**. Ver-se-á que o nível das soleiras das portas para a varanda fica ligeiramente acima da cota do pavimento da sala. Não nos custa aceitar que houvesse um degrau nas portas da varanda. Em alternativa, podemos admitir que os degraus tinham, de altura, alguns milímetros mais que 0,22 m.

Subindo a escada, achar-nos-íamos num vasto salão. A **FIG. 16** reconstitui esse salão em perspectiva, com as portas e as janelas que abriam para as varandas e as janelas altas que serviriam para iluminação

**FIG. 16**





**FIG. 17**

Na **FIG. 17** propomos, em esquema, o que seria o arranjo do sobrado do piso superior. Duas fortes vigas, de norte a sul, apoiadas nos cachorros que se observam do lado interno da parede da fachada principal (e são visíveis na **FIG. 9**), eram cruzadas por outros barrote (no sentido oeste-este) assentes nas cornijas do lado interno do edifício. Sobre o cruzamento de vigas assentava o tabuado de pranchas largas de madeira.

A parte do edifício mais difícil de reconstituir é a das traseiras.

e não seriam, pelo menos normalmente, abertas. Com efeito, não vemos como se poderia aceder a essas janelas a não ser por escada móvel. Na mesma figura representamos a caixa da escada que, pela sua posição, não roubava demasiado espaço à sala.

A extrema luminosidade deste salão contrastaria com a obscuridade do rés-do-chão. Se a sala 1 (da planta da **FIG. 7**) tinha alguma claridade quando as portas estavam abertas, era escura com elas fechadas. Mais escura ainda era a sala 3, cuja função não descortinamos. Os cubículos 5 a 10, com frestas sobre os jardins laterais, teriam mediana claridade — mas a aposentos que funcionariam como quartos de dormir não se exigiria mais luz. Em contraste com o rés-do-chão, o salão do primeiro andar não podia ter maior claridade.

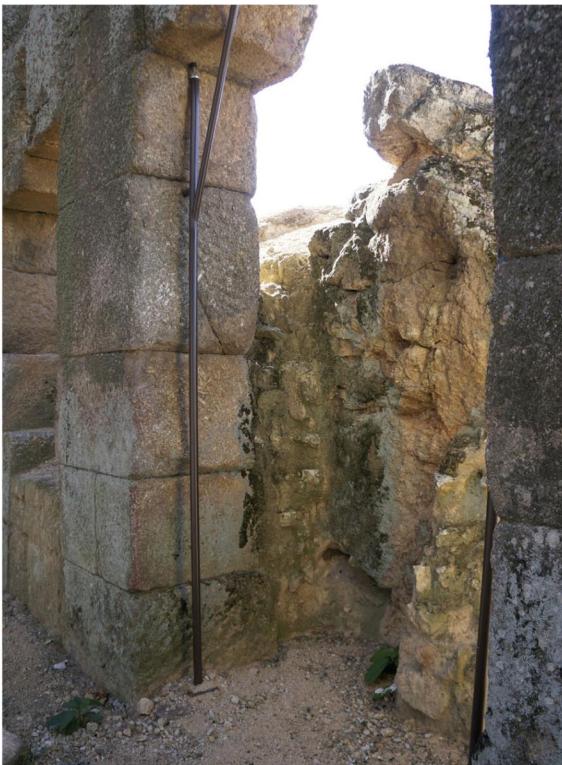


FIG. 18

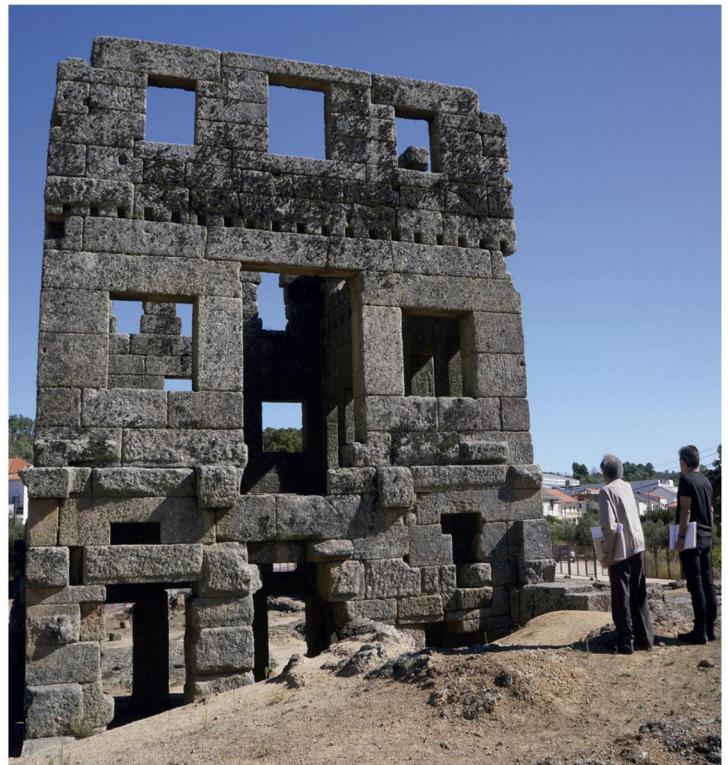


FIG. 19

Se, vista do interior, a sala 3 (da planta da FIG. 7) aparenta ter uma porta do lado sul, a existência, no exterior, de um maciço rochoso (FIG. 18) exclui essa possibilidade. Temos de concluir que tal porta nunca existiu e que a abertura visível na FIG. 18 resultou do desmonte (em que época?) de alguns silhares.

As FIGS. 19 e 20C mostram alguns pormenores relevantes da parede traseira exterior do edifício: a utilização, na parte inferior dessa parede, de blocos mal aparelhados; a existência de duas frestas e de dois cachorros a nível inferior ao da porta do andar superior.

Estes pormenores levam-nos a concluir que:

1. A parede foi construída com silhares bem aparelhados na face interior, mas algo toscos na face externa quase até à altura das frestas.
2. Nas traseiras do edifício havia também uma varanda ou terraço cujo pavimento exigia barrotes de madeira que repousavam nos cachorros.

Reconstituímos na **FIG. 14**, em corte, o que nos parece ter existido.

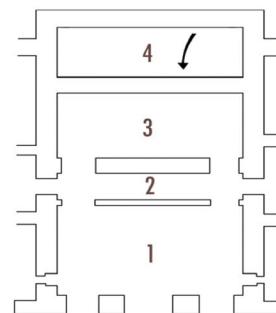
A rocha, no exterior, atinge a cota de 495,65 m. O piso da varanda ou terraço estaria ao mesmo nível do das varandas laterais, visto que a porta e as janelas se abrem à mesma cota.

Sob a varanda ou terraço das traseiras haveria uma caixa de ar. O perfil da rocha não desmontada nessa caixa de ar, tal como o traçámos, deve considerar-se apenas aproximado, pois foi desenhado à vista, sem medições rigorosas. De qualquer forma, esse perfil tem de passar abaixo das frestas.

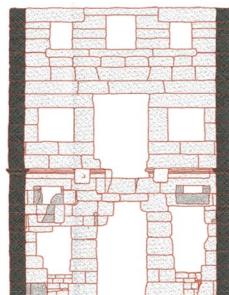
Do muro que suportaria os pilares da varanda ou terraço não se encontraram vestígios, certamente por roubo das pedras e meteorização da rocha depois do abandono da “torre”.

A existência, nesta fachada traseira, de alvados para um vigeamento de madeira (**FIGS. 19 e 20C**) constitui um problema. Estão esses alvados ao nível dos que observámos na fachada oriental e interpretámos como correspondendo ao tecto da varanda. Não temos, nas traseiras, os alvados onde se alojaria, como na fachada oriental, o vigeamento de um telhado.

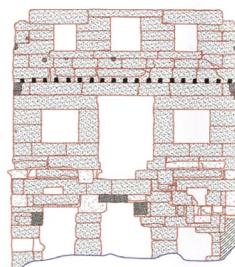
Admitindo a hipótese de um terraço sem cobertura de telhado, para que serviria o vigeamento? Para amparar uma planta trepadeira que sombrearia o terraço? Para sustentar um toldo ou *velum* que se estenderia em dias de muito sol? Num caso como no outro, não seriam necessárias tantas



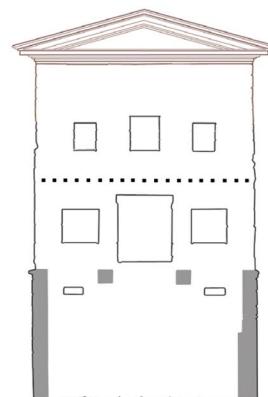
**FIG. 20A**



**FIG. 20B**



**FIG. 20C**



**FIG. 20D**



traves. É possível que os alvados, neste caso, não servissem propriamente à inserção de traves, mas de cachorros de madeira nos quais se cravariam ganchos de metal. Nestes fixar-se-iam as argolas de um *velum*, o que permitiria a sua fácil e rápida montagem e desmontagem.

O suposto terraço das traseiras poderia ter acesso, por meio de escada, a outro espaço ajardinado (FIG. 14). Um hipotético cunhal e rasgos na rocha são incertos testemunhos da cerca desse jardim.

Voltemos, por fim, ao problema da reutilização medieval da “torre”.

Na FIG. 5A apresentamos os silhares que, no topo da fachada principal, nos parece nunca terem sido deslocados. É possível que, aquando da reconstrução medieval, houvesse ainda mais alguns silhares em posição original, mas que terão sido removidos e montados uns sobre os outros para amparar a alvenaria então introduzida. Se tal alvenaria desapareceu na fachada principal, subsiste nas laterais. A alvenaria, como dissemos, corresponde, de forma não exacta, mas muito aproximada, ao que seriam os vãos das janelas romanas. Em 5B, a azul, representamos a obra medieval. Tendo em vista os alvados da parte reconstruída, podemos imaginar um hurdício, que já representámos em 5C, mas reproduzimos, noutra dimensão, na FIG. 21.

De quando datará a reconstrução medieval?

A referência de 1291 a que atrás aludimos (*pareddeeyro que foy torre*) é ambígua. Tanto podemos pensar que, nessa data, o edifício se encontrava no estado que representamos na FIG. 5A, e que, portanto, a reconstrução medieval foi posterior, como admitir que essa reconstrução (com hurdício) havia sido feita antes de 1291 e que, nesta última data, o edifício se encontrava de novo abandonado e em ruína.

Em 1194, o bispo de Coimbra, tendo recebido Centum Celas do rei D. Sancho I, deu-lhe foral (*Leges*: 487-488; *DS*, doc. 230). É possível que a torre tenha sido então recuperada para sede do concelho. Em 1199 foi dado foral à vila, muito vizinha, de Belmonte (*Leges*: 506-508; *DS*, doc. 119). Não sabemos se se manteve, autónomo, o concelho de Centum Celas ou se este desapareceu, integrado no de Belmonte.

É duvidoso, porém, que em 1194 já se construíssem hurdícios em Portugal. Mário Barroca (1996-1997: 188) datou de 1174 o hurdício da torre de menagem do castelo de Longroiva, mas em comunicação pessoal manifestou-nos as dúvidas que agora tem sobre se esse hurdício foi instalado na data da construção daquela torre (isto é, em 1174) ou posteriormente, aquando de uma remodelação.

Em 1203, D. Sancho I restaurou o antigo bispado egitaniense, mas deu-lhe por sede a cidade da Guarda. Começaram então disputas entre os bispos de Coimbra e da Guarda sobre os direitos eclesiásticos das áreas de Belmonte e da Covilhã e mesmo sobre títulos de propriedade fundiária. Tais disputas arrastaram-se pelo menos até meados do séc. XIII (MARQUES, 2001: 57-75). Terá sido no âmbito destas disputas que a torre foi reaproveitada e se construiu o hurdício? Ou este surgiu depois do aforamento de D. Dinis em 1291?

Se um hurdício na primeira metade do séc. XIII pode suscitar algumas dúvidas (mas não deve excluir-se liminarmente tal hipótese), no tempo de D. Dinis seria normal. Que função poderia ter a torre nessa data? Não ficava em caminho de invasão castelhana e não podemos alegar que o rei refortificou praças da região, como Covilhã ou Sabugal, para explicar o hurdício de Centum Celas.

A identidade do Rodrigo Afonso a quem o rei aforou a torre também não é fácil de esclarecer. É mais do que incerto que tenha sido aquele, do mesmo nome, que assina a carta de arras de D. Pedro Anes [Gago, de Riba de Vizela] a sua mulher D. Urraca Afonso, bastarda régia (*Chanc. Afonso III*, Liv. III, doc. 55, de 1265). Assina como *maior-domo prefati domni Petri Johannis*. Os casos de homonímia são muito frequentes, e o facto de D. Pedro Anes ter sido tenente da Covilhã entre 1279 e 1283 (VENTURA, 1992: 702-705) não é suficiente prova de o seu mordomo ter tido bens na área de Covilhã/Belmonte — e, muito menos, de ser ele o Rodrigo Afonso a quem o rei D. Dinis aforou Centum Celas.

A instalação de um hurdício sugere a presença de uma guarnição militar. Poderá esta explicar-se pelas contendas entre os bispos de Coimbra e da Guarda? Ocorre-nos também a ideia de que, situada numa área que podia ser objecto de exploração de estanho (como o havia sido anteriormente e como o foi depois, visto que ainda nos lembramos de ter assistido a tal exploração na década de 1960), a torre podia servir para alojar uma guarnição que vigiaria os trabalhos de mineração e para armazenar o estanho recolhido.

Talvez documentação inédita (ou até eventualmente já publicada, mas que terá escapado à nossa busca), possa resolver este último problema. De qualquer forma, pelo que respeita ao edifício romano, parece-nos óbvio que não se pode interpretar nem como templo, nem como *mansio*. A única explicação aceitável é a de *villa*. Não menos óbvia é a reconstrução que o edifício sofreu na Idade Média.

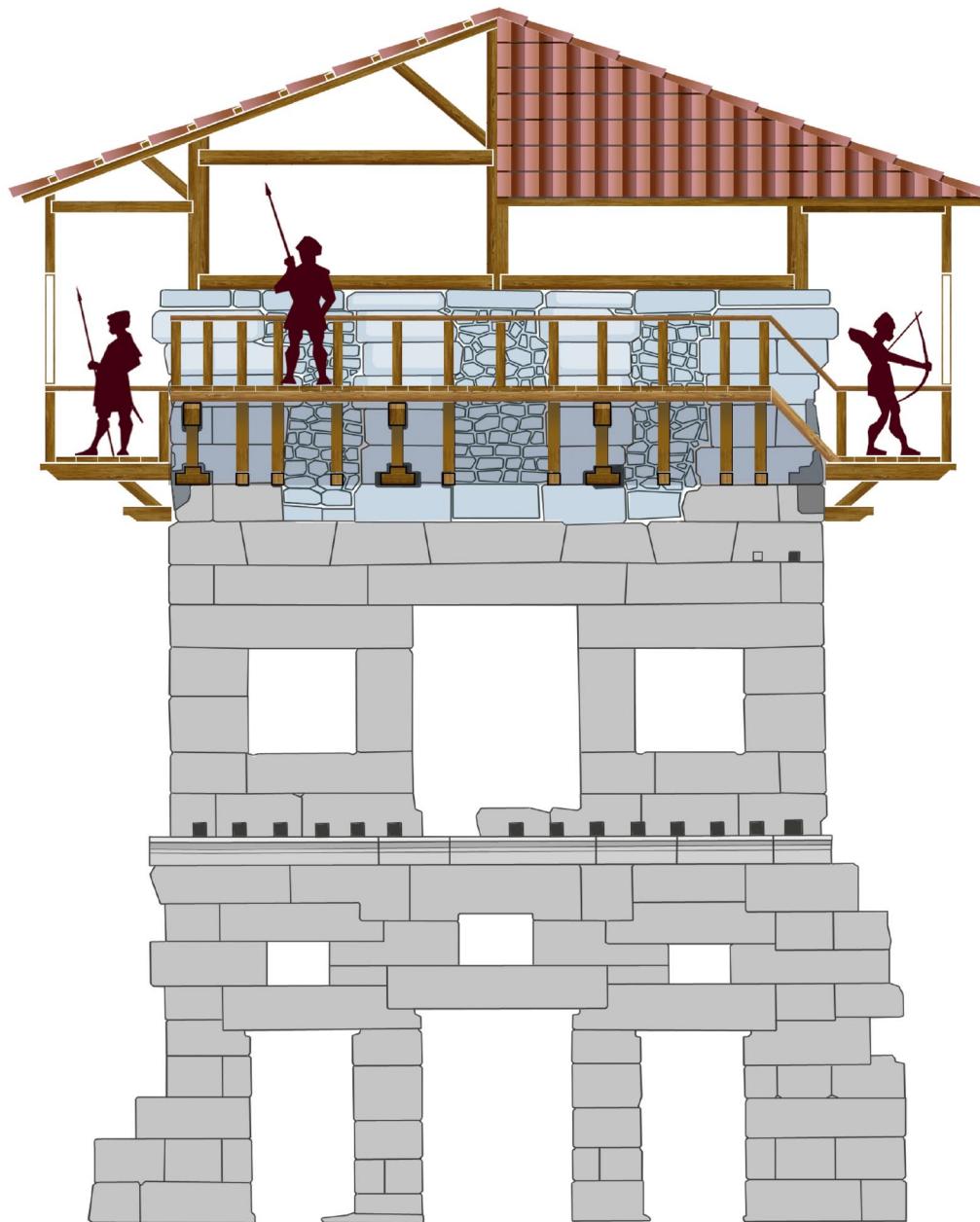
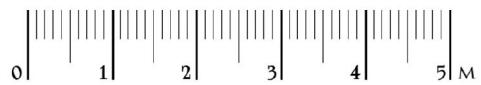


FIG. 21



## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips
- ALARCÃO, Jorge de (2012) – “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia, VI”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, Lisboa, pp. 113-137
- ALARCÃO, Jorge de (2013) – *A Beira Baixa, terra tomada sem guerra*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia do séc. II a C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade
- ALLAN, John C. (1965) – “A mineração em Portugal na Antiguidade”. *Boletim de Minas*, 2(3), Lisboa, pp. 137-173
- BELO, Aurélio Ricardo (1960) – “Nótulas sobre cinco marcos miliários da via militar romana Mérida-Viseu-Braga, encontrados nas proximidades da Torre de Centum Cellas, de Belmonte”. *Revista de Guimarães*, 70 (1-2), Guimarães, pp. 27-50
- BELO, Aurélio Ricardo (1970) – “Algumas palavras sobre a Torre Centum Cellas de Belmonte”. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Lisboa, pp. 35-55
- CALAIS, Manuel J. (1984) – *A geometria de Centum Celas*. Covilhã: Edição de Autor
- CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundação: Câmara Municipal / Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Chanc. Afonso III = Chancelaria de D. Afonso III*, 3 vols., edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006-2011
- Chancelaria de D. Dinis, Livro II* (edição de Rosa MARREIROS). Coimbra: Palimage, 2012
- CORREIA, Vergílio (1928) – “O domínio romano em Portugal”. In Damião PERES e Eleutério CERDEIRA, *História de Portugal*. Barcelos: Portugalense Editora L<sup>da</sup>, pp. 215-290
- DS = Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino Rodrigues PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979
- DUNCAN-JONES, R. P. (1980) – “Length-units in Roman town planning: the pes monetalis and the pes Drusianus”. *Britannia*, 11, Londres, pp. 127-133
- FRADE, Maria Helena Simões (2002) – *Centum Celas. Uma villa romana na Cova da Beira* (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- FRADE, Maria Helena Simões (2005) – “Centum Celas. Uma villa, uma família, quatro séculos”. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2<sup>as</sup> Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Instituto de Estudos Ibéricos, pp. 251-165
- GRENIER, Albert (1958) – *Manuel d'archéologie gallo-romaine, III*. Paris: Éditions A. et J. Picard
- GUERRA, Amílcar e SCHATTNER, Thomas G. (2010) – “El foro y el templo de Lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte). In NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 333-342
- LAZZARINI, Mário (1965) – “Metrologia romana”. *Conimbriga*, 4, Coimbra, pp. 81-95
- Leges = Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 18956-1868
- MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares (1990) – “A rede viária do convento escalabitano”. In *Actas del Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, pp. 219-239
- MANTAS, Vasco Gil (2012) – *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano
- MANTAS, Vasco Gil (2019) – “Da capital da Lusitânia a *Bracara Augusta* pela Serra da Estrela”. A publicar em *Conimbriga*, 58
- MARQUES, Manuel (2001) – *Concelho de Belmonte. Memória e história (Estudo monográfico do concelho de Belmonte)*. Belmonte: Câmara Municipal
- PALÁDIO = PALLADIUS, *Traité d'Agriculture, Liv. I* (edição de René MARTIN). Paris, Les Belles-Lettres, 1976
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1962) – “A torre de Centum Celas, pretório de acampamento romano?”. *Revista de Guimarães*, 72 (3-4), Guimarães, pp.319-325
- SCHATTNER, Thomas (2016) – “A cidade entre a tradição indígena e o modernismo romano. Reflexões sobre uma nova experiência para os Lusitanos”. In *Lusitânia romana. Origem de dois povos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 136-147
- TRILLMICH, W. et alii (1993) – *Hispania Antiqua. Denkmäler der Römerzeit*. Mainz am Rhein: Verlag Phlipp von Zabern
- VENTURA, Leontina (1992) – *A nobreza de corte de Afonso III* (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- VIOLLET LE DUC, *Encyclopédie médiévale*. Barcelona: Inter-Livres, s. d.
- VITRÚVIO = Auguste CHOISY, *Vitruve*. Paris: Imprimerie-Librairie Lahure, 1909
- WALTHER, C. V. (1978) – “Property-boundaries and the size of building plots in Roman towns”. *Britannia*, 9, Londres, pp. 335-350

***“A arquitectura do edifício  
constitui decisivo argumento a  
favor da sua função residencial.  
Exclui liminarmente a hipótese  
de templo e, por isso, também  
a interpretação global do sítio  
como forum.”***